

CURRÍCULO E CURRÍCULO OCULTO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E DESAFIOS ATUAIS DA EDUCAÇÃO

Gabriel Rodrigues Cavalcante¹

Paulo Fioravante Giareta (orientador)²

¹Discente do curso Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/ CPTL

²Docente do curso Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/ CPTL

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo, através de um ensaio teórico, analisar o currículo oculto e o currículo formal, assim como suas aproximações teóricas e os desafios atuais para suas implementações no contexto educacional atual. Para o desenvolvimento deste estudo utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica em relação a temática, objeto de estudo, isto é, o tratamento metodológico da pesquisa consiste em ser de tipologia revisão bibliográfica da literatura. Diante os achados, observou-se que o currículo é um campo permeado de ideologia, cultura e relações de poder, sendo esse a veiculação de ideias que transmitem uma visão do mundo social vinculada aos interesses dos grupos situados em uma posição de vantagem na organização social. Ou seja, é um dos modos pelo qual a linguagem produz o mundo social, e, por isso o aspecto ideológico deve ser considerado nas discussões sobre currículo. Currículo também é inseparável da cultura. Tanto a teoria educacional tradicional quanto a teoria crítica veem no currículo uma forma institucionalizada de transmitir a cultura de uma sociedade. Já o currículo oculto, se constitui nas influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores, representando tudo o que os alunos aprendem diariamente em meio às várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções, que vigoram no meio social e escolar. O currículo é caracterizado como oculto por que ele não aparece no planejamento do professor, porém, um currículo não surge do nada, mas de uma necessidade social e principalmente econômica e cultural. Para tanto, os curriculistas apontam que o termo currículo é um termo polissêmico, querendo com isso significar que currículo veicula uma noção sujeita à ambiguidade e diversidade de sentidos.

Palavras-chaves: Educação. Currículo, Currículo Oculto

1. INTRODUÇÃO

A concepção que a sociedade produz do termo 'currículo' é a de um meio utilizado para selecionar o que há de melhor. As pessoas, em geral, costumam ligá-lo ao curriculum vitae, que é utilizado pelas empresas, entre outras instituições, para selecionar seus empregados. Isso ocorre devido à cultura vigente e à falta de informação (NASCIMENTO et al., 2014).

Evidencia-se a necessidade de que as escolas divulguem a sua proposta curricular nas reuniões de pais e frisem a importância que este instrumento possui para a comunidade escolar e a sociedade em geral, e assim, o público passe a dar conta de sua existência e presença em todos os níveis de escolaridade (NASCIMENTO et al., 2014).

Atualmente muito se tem discutido em torno do currículo, na busca de práticas inovadoras condizentes com as necessidades do atual contexto. É por meio dele que as diferentes sociedades procuram desenvolver os processos de conservação, transformação dos conhecimentos historicamente acumulados (COSTA, 2009). O currículo passa a significar o conjunto de experiências a serem vividas pelo aluno, deste modo, a preocupação volta-se ao conceito de seleção e organização do currículo escolar. O currículo constitui um lugar de destaque e de preocupação, pois

[...] constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis (MOREIRA, 1997, p. 11).

O currículo formal serve como uma espécie de roteiro ou manual para os professores se orientarem diante da prática pedagógica. Ele estabelece metas a serem cumpridas tendo em vista um objetivo final. Já o currículo oculto representa uma dimensão implícita no processo educacional não mensurável e informal, que faz parte do cotidiano escolar transmitindo experiências que reforçam o aprendizado sociocultural, na inter-relação professor aluno e o saber (COSTA, 2009).

Dessa forma, evidencia-se que o currículo constrói identidades e subjetividades, assim, o presente trabalho – ensaio teórico - tem como objetivo

analisar o currículo oculto e currículo formal, assim como suas aproximações teóricas e os desafios atuais para sua implementação no contexto educacional atual.

Visto que, mesmo diante das discussões e estudos relacionados a temática do currículo, este ainda é considerado uma problemática nos espaços escolares, principalmente quando aplicados e utilizados de forma subjetiva e sem objetivos pré-determinados. Sendo assim, é preciso rever que currículo vem sendo ensinado e obedecido, e dessa forma, conhecer seu verdadeiro significado, conscientizar-se do poder que o currículo oculto se reveste ao se materializar em sala de aula ou fora dela.

Ademais, cabe destacar que o currículo constitui o elemento central do projeto pedagógico, viabilizando o processo de ensino aprendizagem. Contribuindo com esta análise Sacristán (1999, p. 61) afirma que

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (idéias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.

Diante dos tipos de currículos descritos, observa-se que este não é um elemento neutro de transmissão do conhecimento social, e sim, algo imbricado em relações de poder e é expressão do equilíbrio de interesses e forças que atuam no sistema educativo em um dado momento, tendo em seu conteúdo e formas, a opção historicamente configurada de um determinado meio cultural, social, político e econômico. Dessa forma, para compreendermos melhor o currículo no processo educacional, faz-se necessário contextualizá-lo, tendo como parâmetro o pensamento pedagógico brasileiro.

2. O CURRÍCULO COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL

2.1 CURRÍCULO – CONCEITO E ORIGEM

Segundo Pacheco (2007), o termo currículo vem do latim *curriculum* e seu significado remete à lugar onde se corre ou corrida, derivado do verbo *currere* que quer dizer percurso a ser seguido ou carreira. Pode-se então compreender que seu

significado tem como referência, um curso/ caminho a seguir, de um conteúdo a ser estudado. Indicando assim, que o currículo, nada mais é do que uma sequência de conteúdos definidos socialmente, com base em sequências definidas para o processo de aprendizagem.

Durante os séculos XIV e XV, o currículo teve sua escrita para o português, o francês e o inglês, advindo das escolas religiosas. Entre a Revolução Industrial e a Segunda Guerra, incorporou novos sentidos, chegando ao Brasil por volta de 1940. No Brasil, o currículo sofreu inicialmente a influência inglesa (NASCIMENTO et al., 2014).

A partir de 1960, deu-se início a discussões temáticas curriculares e, por influência das indústrias, criou-se uma grade curricular fabril, em meio à qual as discussões ideológicas sucumbiram. Em 1980, uma nova tendência curricular se estabeleceu para transformar o currículo estático em um currículo multicultural, a fim de que pudesse contemplar as diversas camadas sociais que formam a sociedade brasileira (NASCIMENTO et al., 2014).

Dessa forma, compreendemos que o currículo se trata de um conjunto de atividades que visam, através da educação, transformar o mundo, sendo que essa, deve estar articulada a uma prática reflexiva e considerar todos os aspectos sociais e culturais.

Para Berticelli (1999) o currículo é um lugar de representação simbólica, transgressão, jogo de poder multicultural, lugar de escolhas, inclusões e exclusões, produto de uma lógica explícita muitas vezes e, outras, resultado de uma “lógica clandestina”, que nem sempre é a expressão da vontade de um sujeito, mas imposição do próprio ato discursivo.

O currículo representa as ideias propostas pela sociedade no que diz respeito à formação do indivíduo almejado pela conjuntura social. O indivíduo deve desenvolver plenamente suas habilidades cognitivas e físicas, a fim de se tornar apto a escolher o seu caminho como ser social que decide e interage com o meio, sofrendo interferências impostas pelo poder dominante, que muitas vezes o exclui, ao invés de inseri-lo como ser participante na construção do saber.

Sacristán (2000) defende que o currículo é uma rede que envolve aspectos culturais, políticos, sociais e escolares e afirma:

[...] Quando definimos o currículo estamos descrevendo a concretização das funções da própria escola e a forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado, para um nível ou modalidade de educação, numa trama institucional (SACRISTÁN, 2000, p.16).

Desta forma o currículo abrange não somente os conteúdos, planos e processos de aprendizagem para a escolarização, mas envolve experiências que levam ao conhecimento, em todos os campos de ensino no ambiente escolar. As experiências vivenciadas, o lugar de que se fala e o cotidiano precisam estar inseridos na discussão e na ação de se fazer um currículo.

Para Silva (2010) o currículo e sua concepção em suas várias dimensões tem impacto direto na formação das pessoas, uma vez que ele é capaz de modificar comportamentos, conduzir caminhos e, ao mesmo tempo, repercutir na identidade e nas práticas sociais dos sujeitos. O objetivo principal que o currículo tem é o de produzir influências diretas e significativas na prática pedagógica. Ele consiste, portanto, em um conjunto de experiências vivenciadas pela pessoa, as quais são capazes de modificar comportamentos que repercutem na identidade desse indivíduo.

Goodson (2007) concebe o currículo como identidade narrativa que pode oportunizar a construção de uma aprendizagem de gerenciamento da vida, marcando o caminho para um novo futuro social. Este conceito de currículo é especialmente relevante para a disciplina que ministramos, pois, as narrativas curriculares são exploradas mais adiante como forma de atribuir sentido a um currículo que prioriza os processos de aprendizagem que cada aluno desenvolveu como base nas experiências propiciadas pelas visitas aos respectivos contextos de aprendizagem e nos significados negociados no ato educativo em sala de aula com os colegas e professores.

Dentre os conceitos de currículos é possível destacar dois tipos, o currículo formal e o currículo informal. O currículo formal identifica-se como um conjunto prescritivo, composto por documentos de domínio nacional, estadual, municipal ou da própria escola e representam o currículo oficial e de conteúdo a serem aplicados em cada instituição.

O currículo estabelecido pelos sistemas de ensino, onde expressa-se as diretrizes curriculares com objetivos e conteúdo das áreas e ou/ disciplinas de estudo. Esse tem como funcionalidade ser um instrumento modificador do indivíduo, influenciando a formação pessoal, sendo um fator determinante no processo de

ensino e aprendizagem, assim como na produção de conhecimentos individuais, culturais e sociais (PINTO, 2017).

O currículo não é neutro, e está além do estabelecido em documentações, o currículo formal representa uma relação de dominação e poder ao estabelecer em diretrizes, o que todos devem aprender de forma nacional. A escola toma para o si o papel de distribuidora deste conhecimento:

O currículo como prescrição sustenta místicas importantes sobre estado, escolarização e sociedade. Mais especificamente, ele sustenta a mística de que a especialização e o controle são inerentes ao governo central, às burocracias educacionais e à comunidade universitária. Desde que ninguém desvele essa mística, os mundos da “prescrição retórica” e da “escolarização como prática” podem coexistir (GOODSON, 2007, p. 242).

Como manutenção do status quo favorece as diferenças de conteúdos e forma de trabalhar que interferem e dificultam a mobilidade social, conservando um currículo aplicado de forma diferenciada e passiva para as classes mais populares. Estes currículos, desmembrados aleatoriamente, devem ser construídos a partir da práxis pedagógica que envolve toda a comunidade escolar (COSTA; CARDOSO, SILVA, 2014).

Libâneo (2008) destaca que o papel da escola percorre uma trajetória que caminha lado a lado às necessidades sociais, pois é pressionada para o acompanhamento das transformações na tecnologia, produção e comunicação. Por conseguinte, tais ações afetam diretamente as mudanças no conhecimento e sistemas de ensino.

Ela cumpre funções que não são providas por nenhuma outra instância, ou a de prover formação geral básica - capacidade de ler, escrever, formação científica, estética e ética, desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas. Por outro lado, a escola precisa ser repensada, porque ela não detém o monopólio do saber, pois a educação acontece em muitos lugares, por meio de várias agências como a família, os meios de comunicação, as empresas, os clubes, as academias de ginástica, os sindicatos (LIBÂNEO, 2008, p. 51-52).

Dessa forma, a escola como espaço privilegiado de inclusão, pois a própria realidade social requer trabalhadores com qualificação, conhecimento cultural e ético, e defende que uma combinação bem sucedida entre assimilação consciente e ativa dos conteúdos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas pelos alunos, contribuindo assim, para o desenvolvimento do pensar (LIBÂNEO, 2008).

2.2 Currículo oculto

Quando buscamos sobre o Currículo Oculto percebemos que não há uma teoria constituída assim como o Currículo Tradicional, Crítico e Pós Crítico. Ele pode ser entendido como algo que não está na legislação e não está no currículo na qual o professor deve seguir, e sim a concepção ideológica que o corpo docente movimenta em sua prática. Ele expressa-se no cotidiano na maneira como a escola trabalha com a criança, na relação com a família das crianças, nas relações interpessoais e etc.

O surgimento da teoria crítica do currículo se deu na década de 1960 onde surgiram vários movimentos sociais em toda parte do mundo e com isso o currículo tradicional foi observado por alguns autores tendo a característica de aceitação, ajuste e adaptação, enquanto a teoria crítica era de desconfiar, questionar e transformar radicalmente (SILVA, 2000). Quando essa nova teoria surgiu foi então que começou a se discutir a conexão entre a ideologia e a educação e como os interesses do capitalismo traduziam no âmbito escolar não proporcionando uma visão questionadora sobre a sociedade na qual vivemos.

A escola tem o papel de formar o indivíduo crítico e que exerça sua cidadania. Ela tem o papel de transformar e de manter uma sociedade. De acordo com o marxista italiano Antonio Gramsci, a escola tem o papel de repassar a cultura e a ideologia dominante de acordo com seus interesses e por isso é interessante pensar se há atitudes prejudiciais à formação de um ser crítico que são disseminadas pela comunidade escolar em prol de uma necessidade individual como religiosa, política e etc., visto que, a escola não é um local neutro, como dizia Santomé (1995).

Os projetos curriculares, os conteúdos do ensino, os materiais didáticos, os modelos organizacionais das escolas e liceus, as condutas dos alunos e do professorado, etc., não são algo que possamos contemplar como questões técnicas e neutras, à margem das ideologias e do que acontece em outras dimensões da sociedade, tais como a econômica, a cultural e a política. Pelo contrário, grande parte das decisões que se tomam no âmbito educativo, e dos comportamentos que aí se geram, é condicionada ou afetada por acontecimentos e peculiaridades dessas outras esferas da sociedade e atinge todo o seu significado sob uma perspectiva de análise que tenha em conta essa intercomunicação (SANTOMÉ, 1995, p.13 -14).

A partir das ações que o professor estrutura sua prática, como ele desenvolve sua relação com a criança, a forma como ele lida com essas questões poderá estar

priorizando suas vivências e acabando não democratizando as vivências das crianças. Um exemplo disso é quando há a repreensão de algum comportamento inadequado de uma criança utilizando-se de sua crença como a fala “não faz isso porque Deus não se agrada”. Visto que a educação é um local onde há a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber (BRASIL, 1996) a manifestação religiosa em ambiente educacional não deve ser censurada, mas também é possível identificar um vício no uso de uma linguagem advinda de princípios cristãos como forma de advertência ou na imposição de uma oração. Com isso pode-se analisar que esta manifestação não está considerando outras crianças que não fazem parte daquele grupo, embora ele seja a maioria.

Quando relacionamos o currículo e a reprodução e temos um olhar da hegemonia e da ideologia (APPLE, 2006) é possível identificar que as experiências não curriculares são fatores que podem direcionar uma visão individual sobre as demais. Por exemplo, em uma fala ou outra ação podemos estar privilegiando um grupo de uma cultura e silenciando outras mais para que aquela seja concebida como a “normal”. Esse foco na apresentação da cultura hegemônica é interessante para a permanência de uma sociedade que inviabiliza as diferenças culturais que há no Brasil.

O currículo na qual o professor se norteia pode entrar em conflito com a sua prática porque mesmo que o pedagogo se baseie no que está escrito ele pode estar tendo uma atitude autoritária em sala, pode estar focando sua fala no princípio de uma educação visada no mercado de trabalho, negligenciando o contexto da sua sala e reafirmando a cultura daqueles que já estão em um lugar acima da pirâmide social. Esse corpus formal acaba sendo mais eficaz que o próprio currículo escrito porque

Sustenta que os estudantes aprendem tacitamente algumas normas sociais identificáveis principalmente por tomarem parte nos encontros e tarefas diárias da vida na sala de aula. É decisivo o fato de essas normas aprendidas pelos estudantes se introduzirem em muitas áreas da vida futura, de vez que ajuda a documentar como a escolarização contribui para o ajustamento individual a uma ordem social, política e econômica vigente (APPLE, 2006, p.133)

Essa característica da educação que se dá de maneira implícita é imprescindível ao debatermos a prática docente porque ela pode ser uma aliada ou inimiga ao objetivo do professor. Com isso, temos que refletir sobre a prática com um

olhar mais amplo e crítico e não identificar e tornar os possíveis erros em meros casos que houve intenção do professor.

Segundo Torres (1998) uma espécie de senso comum que, por sua vez, tem uma correspondência na prática através de comportamentos individuais e coletivos. É neste sentido que a hegemonia ideológica, tal como proposto por Gramsci (1991), trabalha astutamente para impor aos grupos sociais significados e possibilidades de ação que contribuam para manter a ordem socioeconômica estabelecida, deixando intactas as complexas relações de poder nela ocultas, baseadas na dominação de classe e na perpetuação das relações sociais de produção e distribuição.

O currículo oculto está presente no cotidiano escolar sob a forma de aprendizagens não planejadas. Ele é resultado das relações interpessoais desenvolvidas na escola, da hierarquização entre administradores, direção, professores e alunos e da forma como os alunos são levados a se relacionarem com o conhecimento (SANCHOTENE; NETO, 2006, p. 271).

De forma geral, quem mais desenvolve o currículo oculto no espaço escolar é o professor que trata, além dos conteúdos prescritos, conteúdos que tem uma abordagem acima do programado, através de manifestações de apreço, desapeço, convicções e poder em sala de aula (COSTA; CARDOSO, SILVA, 2014).

Os currículos são expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado.

(...) O currículo, em seu conteúdo e nas formas através das quais se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar (SACRISTAN, 2000, p. 17).

O currículo oculto envolve as atitudes, as práticas, as relações hierárquicas, as crenças e os valores implícitos nas ações, nas rotinas do cotidiano e nas mensagens subliminares (MOREIRA; CANDAU, 2007).

Portanto, o currículo praticado em sala de aula não é neutro. Esta constatação tem duas implicações importantes para o estudo dos contextos de aprendizagem. Segundo Casali (2005) a existência de um distanciamento da Escola com relação à Cultura, correspondendo ao seu distanciamento da vida.

Segundo este autor, os instrumentos culturais presentes nos currículos formais enfatizam a cultura erudita, como a filosófica, literária e das belas artes; e a dos bons modos no convívio social.

Há uma distinta separação em relação às “culturas vivas, exuberantes, cotidianas, diversas, exóticas, estranhas, desordenadas, imprevisíveis, espontâneas, “inúteis”, gratuitas, que não cabem na lógica de controle do mercado, da política formal, nem da cultura oficial, nem da Escola” (CASALI, 2005, p. 299).

2.3.1 Currículo oculto como fenômeno cultural e contextual

O currículo oculto é amplamente entendido como uma lente para olhar em profundidade ou ler o efeito da cultura e dos contextos sociais ao qual os indivíduos estão inseridos (THOMPSON; OWNBY; HALFLER, 2014).

A cultura organizacional entendida como o modo de ser de cada instituição e que inclui aspectos explícitos como regras de convivência, ritos, símbolos, costumes e outros implícitos de mais difícil acesso, como pressupostos, crenças, valores e mensagens que são transmitidos dentro dele (KOENS et al., 2005; O'DONNELL, 2014).

Esse contexto estabelecido pelo currículo oculto, inclui o ambiente físico (infraestrutura e instalações) e o clima ou ambiente afetivo predominante durante a instrução. Assim, são gerados diversos espaços pedagógicos e cenários potenciais de aprendizagem que precisam ser descobertos e encontrados. Inclui ambientes formais de aprendizagem (salas de aula, laboratórios e encontros com pacientes) e ambientes informais, como elevadores, refeitórios e áreas administrativas (O'DONNELL, 2014).

Seguindo essa linha de pensamento, podemos apontar que o currículo oculto emerge em diversos ambientes, seu conteúdo está relacionado a aprendizagens inesperadas, difíceis de objetivar e declarar, mas que não devem passar despercebidas. Se cada instituição tem uma lógica particular para funcionar, resolver seus problemas, comunicar e decidir sobre o que vale e o que não vale; podemos dizer que o currículo oculto se configura como um elemento diferencial dele (HAFFERTY; FINN, 2015).

2.3.2 O Currículo oculto como mecanismo de socialização

O currículo não é um elemento puro e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social, ele está implicado em relações de poder; transmite visões sociais particulares e interessadas e produz identidades individuais e sociais. Ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA; TADEU, 2013).

Sendo assim, entende-se dentro do contexto acadêmico a atuação do currículo como parte da articulação do sistema em pelo menos, três dimensões: psicológica, como projeto de subjetividades; social, como projeto de um sujeito social; e política, como projeto de cidadãos (TODARO; LANDOLPHO, 2015).

O currículo oculto atua como um dos veículos pelos quais são adquiridos traços e atributos da disciplina e contexto escolar. Isso inclui aspectos como jargões, regras, formas de resolução de problemas, valores e estilos de interação que fazem parte da identidade educacional do aluno (KARNIELI-MILLER et al., 2011).

Os alunos aprendem a sentir e agir como parte da sociedade quando observam como os outros se desenvolvem e como são orientados ou socializados durante o tempo na escola. O currículo oculto é concebido como um fenômeno social que emerge nas interações que se estabelecem no corpo docente com seus diferentes membros: professores, não professores, gestores, alunos, grupos de pais e a comunidade, em geral (THISTLETHWAITE; HIDDEN, 2014).

Neste sentido, o papel de professor no currículo oculto pode ser desempenhado por qualquer um dos que compõem a comunidade educativa, com o qual o seu âmbito é muito mais amplo do que no currículo informal onde apenas intervêm os professores. Isto implica que toda a comunidade educativa colabore na sua criação (O'DONNELL, 2014).

Segundo Hafferty (1998) você pode acessar o currículo oculto a partir do olhar de cada um dos membros. Da mesma forma, dependendo de quem são os informantes ou autores, diferentes atributos podem ser reconhecidos. A questão que surge então é se há um ou vários currículos ocultos dependendo de qual perspectiva é assumida no contexto escolar.

Dessa forma, observa-se que o corpo faz parte do currículo escolar, onde é vivenciado na formação da identidade e da subjetividade. Onde, o aprender “quem

sou eu” pelo exemplo dado pelos colegas e pelos educadores; pelas imagens veiculadas nos meios simbólicos (livros didáticos, televisão, revistas, etc.) e pela experiência direta (relações interpessoais) cidadãos (TODARO; LANDOLPHO, 2015).

Comportar-se de modo a adequar-se ao grupo do qual faz parte e aproximar-se do chamado “padrão de beleza” passam a ser os desafios daqueles que estão em idade escolar. Ser gorda demais, magra demais, alta demais, baixa demais; usar óculos ou roupas que não estão na moda; ter a cor, a origem étnica, a orientação sexual, a religião ou a origem socioeconômica diferente, é possuir características que podem levar à privação do direito de ser diferente cidadãos (TODARO; LANDOLPHO, 2015).

Magalhães e Ruiz (2011) citam que a escola é o espaço no qual os indivíduos aprendem comportamentos relevantes para viverem em sociedade e têm acesso ao conhecimento construído socialmente pela humanidade. Observando-se o real, na escola pode-se assimilar também uma ampla gama de preconceitos e estereótipos. Muitas vezes, este espaço particular chancela estigmas que permanecem de forma indelével por toda a vida e pode institucionalizar práticas de violência simbólica. Com efeito, a escola tem também se revelado terreno onde a crise social embrenha-se produzindo conflitos, dores, sofrimento e morte.

Assim, observa-se que atitudes negativas, crenças, preconceitos são ensinados na escola mesmo que de modo não formal, onde atitudes praticadas dentro desse currículo oculto, influenciam o modo de agir frente a determinado objeto ou pessoal. Onde, através do currículo oculto atua como o ensino e aprendizagem da submissão, preconceito, individualismo, assim como pode-se obter o ensinamento e aprendizagem, por exemplo da autonomia, empatia e solidariedade.

Segundo Todaro e Landolpho (2015) ao desenvolver estratégias para a aprendizagem dos conteúdos atitudinais (atitudes, valores), um dos papéis mais importantes da escola, e de todos que nela estão, gerencia-se o currículo oculto. A maior parte dos problemas de agressão, considerados como *bullying*, está vinculada a conteúdos que são ensinados e aprendidos de forma não explícita nas relações interpessoais que se constroem na escola.

Assim, constitui-se que a escola é o principal centro de socialização desses jovens, consolidando-se como produção da autoimagem e da imagem do outro a partir da corporeidade.

CONCLUSÃO

Ao analisar o contexto histórico do currículo e do pensamento pedagógico brasileiro pode-se evidenciar que ambos estão permeados de ideologias, valores e concepções diferenciadas em relação ao processo educacional. Sendo assim, imprescindível que as escolas percebam as particularidades destes, tendo claro qual currículo almejam no processo de ensino e aprendizagem.

O currículo ensina mais do que o conhecimento socialmente acumulado pela humanidade e julgado legítimo de ser ensinado às gerações mais jovens; a escola, com seu currículo (oculto), de forma não declarada, ensina *modus operandi* e *modus vivendi* às gerações mais jovens porque seleciona, classifica, rotula, disciplina e distribui desigualmente o saber.

Além disso, é evidente que o currículo é visto como uma prática de significação, por conseguinte o seu estudo e a sua prática situam o local e os alicerces sobre os quais as aprendizagens acontecem, ou seja, o currículo pode ser desenhado tanto para ajudar os estudantes a conhecer seus próprios discursos, a saber, de que maneira o conhecimento e o poder se criam e recriam, mutuamente.

É necessário destacar que o currículo necessita ser percebido como um território a ser contestado diariamente, pois é através dele que é gerado o pensamento e legitimação desse conhecimento a ser alcançado. Sendo que é essencial o questionamento diante quem, o que, como e para que, os tópicos curriculares impostos nesses currículos, seja formal ou oculto são inseridos, tendo como parâmetro a visão de mundo, de sociedade e de educação que acredita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, M. W. Ideologia e currículo. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BERTICELLI, I. A. Currículo: tendências e filosofia. In. COSTA, M. V. (Org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB: Lei das Diretrizes e Bases da Educação nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário

Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 05 Ago. 2022.

CASALI, A. Educação vital para a escola. Educação, Porto Alegre, ano XXVIII, n. 2 (56), p. 297 – 315, Porto Alegre – RS, 2005.

COSTA, G. B. Aonde se esconde o currículo oculto? Dispositivos e rituais que silenciam vozes no currículo escolar. 2009. 125 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2009.

COSTA; M. G. N.; CARDOSO, A. G.; SILVA, A. A. Algumas considerações sobre currículo e inclusão escolar. Rev. Educa, Porto Velho (RO), v.1, n.2, p. 88 – 98, 2014.

GOODSON, I. F. Currículo, narrativa e o futuro social. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12 n. 35, 2007.

GRAMSCI, A. Selections from the prison notebooks. New York: International Publishers, 1991.

HAFFERTY, F. W.; FINN, G. M. The Hidden Curriculum and Anatomy Education, pp.: 339-349. L.K. Chan and W. Pawlina (eds.), Teaching Anatomy: A Practical Guide. Switzerland Springer International Publishing, 2015.

HAFFERTY, F.W. Beyond curriculum reform: confronting medicine's hidden curriculum. Acad. Med. v. 73, n. 4, p. 403-407, 1998.

KARNIELI-MILLER, O. Which Experiences in the Hidden Curriculum Teach Students about Professionalism. Acad. Med. v. 86, n. 3, p. 45-53, 2011.

KOENS, F. et al. Analyzing the concept of context in medical education. Med. Ed. v. 39, p. 1243-1249, 2005.

LIBÂNEO, J. C. et al. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAGALHÃES, R. C. B. P.; RUIZ, E. M. Estigma e currículo oculto. Rev. Bras. Educ. Espec. v. 17, n. 1, p.125 – 142, 2011.

MOREIRA, A. F. B. Currículo: questões atuais. São Paulo: Papirus, 1997.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Currículo, Conhecimento e Cultura. In: MOREIRA, A. F. B. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MOREIRA, A. F.; TADEU, T. Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

NASCIMENTO, C. A. A. et al. Currículo formal: uma abordagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Temas da Diversidade: Experiências e Práticas de Pesquisa - Volume 2, 2014.

PACHECO, M. M. D. R. Currículo, interdisciplinaridade e organização dos processos de ensino. Fundação Hermínio Ometto - Uniararas, 2007.

PINTO, A. H. Educação básica integrada à educação profissional: história, currículos e práticas. Vitória: Edifes, 2017.

SACRISTÁN, J. G. O currículo, uma reflexão sobre a prática. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANCHOTENE, M. U.; MOLINA NETO, V. Habitus profissional, currículo oculto e cultura docente: perspectivas para a análise da prática pedagógica dos professores de Educação física. In: Pensar a Prática. p. 267-280, 2006.

SANTOMÉ, J. T. O currículum oculto. Porto – Portugal: Porto Editora, 1995.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

THISTLETHWAITE, J. Hidden among us: the language of inter and outer-professional identity and collaboration, p. 158-168. HAFFERTY, F. W.; O'DONNELL, J. F. (Org). The Hidden curriculum in health professional education. Hanover USA, Darmouth College Press, 2014.

THOMPSON, B. M.; OWNBY, A.; HAFLER, J.N. The Hidden curriculum for faculty. Betwixt and Between, p. 215-221. In: Hafferty, F. W.; O' Donnell, J.F. (org.) The Hidden curriculum in health professional education. Hanover USA Darmouth College Press, 2014.

TODARO, M. A.; LANDOLPHO, F. J. Corpo e currículo oculto na educação básica: discursos e práticas opressoras. Dialogia. v. 21, p. 147-156, 2015.

TORRES, J. El curriculum oculto. 6. ed. Madrid: Morata, 1998